Lição 1: A Ação Voluntária e Involuntária

> *Estando, pois, a virtude relacionada tanto com as paixões quanto com as operações, e feitos os louvores e as censuras nas coisas voluntárias, mas nas involuntárias o perdão, e às vezes também a misericórdia, talvez seja necessário determinar o voluntário e o involuntário aos que pretendem tratar da virtude. [382]*
>
> *É útil também aos legisladores, tanto para as honras quanto para as penas. [385]*
>
> *Ora, parecem ser involuntárias as coisas feitas por violência ou por ignorância. [386]*
>
> *Ora, violento é aquilo cujo princípio está fora, sendo tal que nele em nada contribui o que age ou o que padece, por exemplo, se o vento o levar para algum lugar ou se homens que estão em poder de seus senhores. [387]*
>
> *Ora, todas as coisas que são feitas por temor de males maiores, ou por causa de algum bem, por exemplo, se um tirano ordenar fazer algo torpe, tendo em seu poder os pais e os filhos, e, agindo, sejam salvos, mas não agindo, morram, comporta dúvida se são involuntárias ou voluntárias. Ora, algo tal acontece também a respeito daquilo que nas tempestades são as coisas lançadas ao mar, pois, absolutamente falando, ninguém as lança voluntariamente, mas, para a salvação de si e dos outros, todos os que têm entendimento o fazem. [388]*
>
> *São, portanto, mistas tais operações, mas assemelham-se mais às voluntárias. Pois são voluntárias então, quando são feitas, e o fim da operação é segundo o tempo, e deve-se dizer voluntário ou involuntário conforme o momento em que se opera. Ora, opera querendo; pois também o princípio de mover as partes orgânicas em tais operações está nele mesmo. Ora, aquelas coisas cujo princípio está nele mesmo, nele está também o operá-las e o não operá-las. Assim, tais coisas são voluntárias, mas absolutamente talvez involuntárias; pois ninguém escolheria por si mesmo algo de tal gênero. [390]*

382. ***Estando, pois, a virtude*** etc. Depois que o Filósofo determinou acerca da virtude em geral, aqui determina acerca de certos princípios dos atos da virtude. Pois dissera, ao definir a virtude,

que a virtude é um hábito eletivo, a saber, porque a virtude opera pela escolha, e por isso agora consequentemente determina acerca da escolha e do voluntário e da vontade. Destes três o voluntário é comum; pois voluntário se diz tudo o que se faz espontaneamente, a escolha porém é das coisas que são para o fim, mas a vontade concerne ao próprio fim.

Divide-se, portanto, esta parte em duas partes:

na primeira determina acerca dos três mencionados princípios dos atos virtuosos;

na segunda parte compara tais princípios com os atos das virtudes, ali: ***estando, pois, o querível*** etc.

A respeito do primeiro faz três coisas:

primeiro determina acerca do voluntário e do involuntário;

segundo determina acerca da escolha, ali: ***determinadas porém*** etc.;

terceiro determina acerca da vontade, ali: ***a vontade porém, visto que*** etc.

A respeito do primeiro faz duas coisas:

primeiro mostra que à presente doutrina pertence considerar acerca do voluntário e do involuntário;

segundo determina acerca deles, ali: ***ora, parecem ser involuntárias*** etc.

A respeito do primeiro apresenta duas razões,

383. das quais a primeira se toma daquilo que é próprio da presente consideração, que é acerca das virtudes. E conclui do que foi premisso que a virtude moral, da qual agora se trata, é acerca das paixões e das operações, de tal modo que naquelas coisas que são voluntárias a respeito das operações e das paixões se fazem os louvores, quando alguém opera segundo a virtude, e as censuras, quando alguém opera contra a virtude; quando porém alguém opera involuntariamente, se de fato aquilo que é segundo a virtude, não merece louvor, se porém contra a virtude, merece perdão pelo fato de que age involuntariamente, a saber, para que seja menos censurado, às vezes porém merece misericórdia, a saber, para que seja totalmente tornado isento de censura.

384. Ou podem-se distinguir o perdão e a misericórdia de modo que se diga perdão quando se diminui ou totalmente se remite a censura ou a pena pelo juízo da razão, e misericórdia porém quando isto se faz por paixão. Ora, o louvor e a censura devem-se propriamente à virtude e ao vício. E por isso o voluntário e o involuntário, segundo os quais se diversifica a razão do louvor e da censura, devem ser determinados por aqueles que pretendem considerar acerca da virtude.

385. Apresenta a segunda razão ali: ***é útil porém também aos legisladores*** etc. A qual se toma da consideração política, à qual a presente consideração se ordena. E diz que é útil aos legisladores que considerem o voluntário e o involuntário para que estabeleçam honras aos que

agem bem ou penas aos que pecam, nas quais a diferença entre o voluntário e o involuntário produz diversidade.

386. Em seguida, quando diz: ***ora, parecem ser involuntárias*** etc., determina acerca do voluntário e do involuntário.

E primeiro acerca do involuntário;

segundo acerca do voluntário, ali: ***estando porém o involuntário*** etc.

E a razão da ordem é que o involuntário procede de causa simples, por exemplo, só da ignorância ou só da violência, mas para o voluntário é preciso que concorram várias coisas. A respeito do primeiro faz três coisas:

primeiro divide o involuntário;

segundo determina acerca de um membro da divisão, ali: ***violento porém é*** etc.;

terceiro determina acerca do outro, ali: ***ora, aquilo que por ignorância*** etc.

Diz, portanto, primeiro que algumas ações parecem ser involuntárias de dois modos, a saber, ou aquelas que se fazem por violência, ou aquelas que se fazem por ignorância. E a razão desta divisão é que o involuntário é privação do voluntário; ora, o voluntário implica um movimento da virtude apetitiva que pressupõe o conhecimento da virtude apreensiva, pelo fato de que o bem apreendido move a virtude apetitiva; portanto, de dois modos algo é involuntário: de um modo, por isto, que se exclui o próprio movimento da virtude apetitiva, e este é o involuntário por violência; de outro modo, porque se exclui o conhecimento da virtude apreensiva, e este é o involuntário por ignorância.

387. Depois, quando diz: ***ora, o violento é*** etc., trata do involuntário por violência. E a respeito disto faz duas coisas:

primeiro mostra o que seja o violento;

segundo exclui a respeito disto um erro, ali: ***se, porém, alguém as coisas deleitáveis*** etc.

Quanto ao primeiro faz três coisas:

primeiro mostra o que seja o violento absolutamente;

segundo o que seja o violento sob certo aspecto, ali: ***ora, todas as coisas que por temor*** etc.;

terceiro conclui com um resumo, ali: ***que tipo de coisas se deve dizer*** etc.

Diz, portanto, primeiro que o violento é aquilo cujo princípio está fora. Pois foi dito que a violência exclui o movimento apetitivo; por isso, como o apetite é um princípio intrínseco, segue-se que o violento provém de um princípio extrínseco; mas, porque o próprio apetite também pode ser

movido por algo extrínseco, nem tudo cujo princípio está fora é violento, mas somente aquilo que provém de tal modo de um princípio extrínseco que o apetite interior não concorre para o mesmo. E isto é o que diz, que é preciso que seja tal o violento em que nada contribui, a saber, pelo próprio apetite, o homem que tanto se diz agente, enquanto faz algo por violência, quanto se diz paciente, enquanto sofre a violência. E dá um exemplo, por exemplo, se o sopro, isto é, o vento, por sua violência impeliu alguma coisa a algum lugar, ou se homens que têm domínio e poder levaram alguém contra a sua vontade.

388. Depois, quando diz: ***ora, todas as coisas que*** etc., mostra o que seja o violento sob certo aspecto. E a respeito disto faz três coisas:

primeiro suscita uma dúvida;

segundo a resolve, ali: ***por conseguinte, são mistas*** etc.;

terceiro manifesta a solução, ali: ***ora, nas operações*** etc.

Diz, portanto, primeiro que há certas coisas que alguém faz por temor de males maiores, os quais receia incorrer, ou por causa de algum bem, o qual receia perder; por exemplo, se algum tirano, tendo sob seu domínio e poder os pais e os filhos de alguém, lhe ordena que faça algo torpe com tal condição que, se ele fizer aquilo torpe, seus filhos e pais sejam conservados em vida, mas, se não o fizer, sejam mortos.

389. Há, portanto, a dúvida se aquelas coisas que se fazem por tal temor devem ser ditas voluntárias ou antes involuntárias. E dá outro exemplo daqueles que, estando em tempestades marítimas, lançam seus bens ao mar, o que, absolutamente falando, ninguém faz voluntariamente, mas, para que ele e aqueles que estão com ele se salvem, fazem isto todos os que têm o intelecto bem disposto.

390. Depois, quando diz: ***por conseguinte, são mistas*** etc., resolve a dúvida proposta, concluindo daquilo que foi dito que as referidas operações que se fazem por temor são mistas, isto é, têm algo de ambas, do involuntário enquanto ninguém quer absolutamente lançar seus bens ao mar, do voluntário porém enquanto todo sábio quer isto pela salvação de sua pessoa e das outras, mas todavia se aproximam mais das operações voluntárias do que das involuntárias. E a razão disto é que este lançar os bens ao mar, ou qualquer outra coisa deste gênero, pode ser considerado de dois modos: de um modo, absolutamente e em universal, e assim é involuntário; de outro modo, segundo as circunstâncias particulares que ocorrem no tempo em que isto deve ser feito, e segundo isto é voluntário; ora, porque os atos versam sobre os singulares, deve-se julgar mais a condição do ato segundo as considerações dos singulares do que segundo a consideração do universal. E isto é o que diz, que as referidas operações feitas por temor são voluntárias então quando foram operadas, isto é, consideradas todas as circunstâncias singulares que ocorrem naquele tempo, e segundo este singular tempo está o fim e o complemento da operação,

391. e por isso deve-se dizer propriamente algo voluntário e involuntário segundo a consideração do tempo em que alguém opera. Ora, é manifesto que então opera querendo, o que fica evidente por isto, que em tais operações o princípio de mover as partes orgânicas, isto é, de aplicar os membros do corpo ao operar, está no próprio homem; mas seria de outro modo se ele mesmo não

movesse os membros, mas fossem movidos por outro mais poderoso. Ora, as coisas que se fazem por princípio intrínseco estão no poder do homem, de modo que as opere ou não as opere, o que pertence à razão do voluntário. Por isso é manifesto que tais operações são própria e verdadeiramente voluntárias; mas todavia, absolutamente, isto é, considerando-as em universal, são involuntárias, porque ninguém, quanto está em si, escolheria operar algo de tal gênero senão por temor, como foi dito.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:04:55 by Admin
Updated 15 October 2026 22:53:10 by Admin